



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 03**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em  
16 de Junho de 2018



Assembleia Municipal

## ACTA N.º 3

-----Aos dezasseis dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.--

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----  
-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, João José Monteiro Figueira, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes, Elisabete Simões Oliveira, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Tamára Alexandra Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, em substituição de Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Mário Adrião Gonçalves e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**  
-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Miguel Mateus Teixeira e Mário Pereira Gonçalves e ainda da presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira e do presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----



Assembleia Municipal

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

### PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** passando a palavra ao Primeiro Secretário, para fazer o resumo do expediente recebido.-----

#### **1 - Leitura do expediente.** -----

-----O Primeiro Secretário, Senhor deputado municipal **António Gonçalves Cardoso**, informou que “foi recebido, da empresa Águas de Coimbra, um convite para exposição de fotografia, no Museu da Água, de 11 de Maio a 24 de Junho de 2018; da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, envio do Boletim nº 4 da ANMP; da Empresa Águas de Coimbra, convite para Exposição de Ilustrações, no Museu da Água, de 18 de Maio a 24 de Junho de 2018; da Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça, convite para Jantar Comemorativo do Dia Mundial da Criança, dia 1 de Junho de 2018; da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, envio do Programa do 1º Congresso da ANAM, realizado dia 19 de Maio de 2018; da ADEPTOLIVA, convite para o evento EPTO FUTUROS – Fórum de Turismo “Renascer com o Turismo”, em 24 de Maio de 2018; da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, convite para a IX Mostra Gastronómica Sabores e Lavoures de Vila Cova de Alva, de 25 a 27 de Maio de 2018; da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, envio de Moção aprovada e inquérito, decorrentes do 1º Congresso da ANAM; do Tribunal de Contas, homologação da conta relativa ao exercício de 2015, da Câmara Municipal de Arganil – recomendações; do Município de Fafe, envio de Moção apresentada pelo grupo independente FAFE SEMPRE, na AM de Fafe – para conhecimento; da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, envio de informação sobre o Almoço da TSF, em 4 de Junho de 2018, onde participou o Presidente da ANAM; de João José Monteiro Figueira, oferta à AM do livro de sua autoria “Uma História da Electricidade em Portugal”; do Município de Mogadouro, envio de Moção aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mogadouro – para conhecimento.”-

-----Todos os documentos se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----



## Assembleia Municipal

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “dar nota que a homologação da conta relativa ao exercício de 2015, da Câmara Municipal de Arganil - recomendações, enviada pelo Tribunal de Contas, foi também disponibilizada aos líderes das bancadas da Assembleia Municipal; se alguns dos Senhores deputados pretender consultá-la ela está aqui.”-----

-----Quero também agradecer ao senhor deputado municipal João José Monteiro Figueira a oferta do livro da sua autoria “Uma História da Electricidade em Portugal”.”-----

### **2 - Discussão e votação da Acta da Sessão nº 2, realizada no dia 25 de Abril de 2018.**-----

-----Não havendo registo de intervenções, a acta foi aprovada por maioria, com duas abstenções.-----

### **3 - Assuntos de Interesse para o Município.**-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Sara Pedroso** dizendo que “gostaria de falar acerca do Protocolo que foi estabelecido pelo Executivo com a Direção Geral de Saúde e com a ARS do Centro, no âmbito do Plano de Ação Mundial, da Organização Mundial de Saúde, para a promoção da actividade física; começar por dizer que felicito o executivo por esse protocolo, porque o sedentarismo e a inactividade são, sem dúvida, um problema grave de saúde pública e a promoção a nível dessa área será, sem dúvida, importante. Gostava de perceber se seria possível já avançar algumas estratégias ou parcerias que estejam a ser pensadas no âmbito dessas actividades e desse Protocolo de actuação.”-----

-----Foi dada a palavra ao senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** que referiu que “trazia aqui um conjunto de questões que gostava de colocar ao Senhor Presidente da Câmara; antes de tudo, a bancada do Partido Socialista gostava de propor um voto de pesar pelo falecimento trágico do funcionário António José Lopes Martins, em circunstâncias bastante difíceis; nesse sentido gostávamos de propor esse voto de pesar, que pudesse ser mais uma forma de homenagear alguém que, dentro das suas possibilidades, e com grande disponibilidade, deu sempre tudo o que teve ao Município de Arganil.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “naturalmente que me associo, enquanto presidente da Assembleia Municipal, a este voto de pesar, e julgo que isso é comum a todas as bancadas; guardaríamos um minuto de silêncio pelo falecimento do colaborador da autarquia António José Lopes Martins.”-----



## Assembleia Municipal

-----Os senhores deputados da Assembleia Municipal e todos os presentes guardaram um minuto de silêncio em homenagem ao funcionário da autarquia António José Lopes Martins.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu ainda que “naturalmente que este voto de pesar e este minuto de silêncio será transmitido à família do nosso colaborador António Martins que, para além de colaborador da autarquia, dedicou também muita da sua vida ao associativismo e ao trabalho em prol dos outros; aqui fica a sentida homenagem da Assembleia Municipal.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para “começar por uma questão que parece de pormenor, mas que julgo que é exemplificativa do que pode ser a intervenção do município e também tem alguma ligação a outras que, se calhar, são mais importantes; no dia 15 de Maio foi trazido à reunião de Câmara um licenciamento de um painel publicitário na Fonte de Amandos, um outdoor de 8x3 e da possibilidade de passar a estar onde, pontualmente, em campanha eleitoral, costuma estar um cartaz, que registe-se do Partido Socialista, mas isso não vem ao caso; mas a intenção de passar a estar uma estrutura publicitária de grandes dimensões na rotunda da Fonte de Amandos, entre a rotunda e o estacionamento. Essa circunstância foi trazida à reunião de Câmara, foi discutida, e consubstancia uma posição do executivo, contrária a um parecer técnico que sugeria o indeferimento, por questões que a mim me parecem óbvias, mas que, por justificação do Senhor Presidente da Câmara e também do Senhor Vereador Luis Almeida, estaríamos em presença de uma situação perfeitamente enquadrável no contexto da paisagem urbana da vila de Arganil. Na minha opinião, estamos aqui a cometer um erro; julgamos que não tem sentido nenhum o licenciamento de um painel de 8x3, uma estrutura que é colocada provisoriamente e pontualmente numa circunstância muito concreta, passar a ser permanente e a justificação que nos é dada, de que a estrutura foi pensada, e porque até tem uma cor verde, faz-me lembrar a questão de que o quadro é muito mau mas a moldura até é bonita e isso não é justificação para nada. Também a questão de nos dizerem que enquanto não tem publicidade, pode ter imagens bonitas do concelho, nós ali não precisamos de nenhuma imagem bonita do concelho; ali, o que precisamos, é de menos ruído na paisagem urbana e uma situação de plena relação visual panorâmica com um dos ex-líbris da vila de Arganil e do concelho, que é a Mata do Hospital. Julgo que deve ser explicada esta intenção de objectivamente não fazer cumprir o Regulamento Municipal, de contrariar uma informação técnica e o porquê? Não se percebe esta excepcionalidade, até porque, e esta é uma opinião pessoal, o próprio Regulamento não excepciona a colocação de placares daquela dimensão dentro da vila; o que diz é que os painéis de grandes dimensões, tipo outdoors, 8x3 de dimensão, só podem ser instalados na periferia da vila e a título excepcional. O que diz o Regulamento é que, mesmo fora da vila, essa colocação deve ser excepcional e não que há uma excepção de o poder colocar cá dentro, condicionado



## Assembleia Municipal

sempre à não afectação da paisagem e à salvaguarda do equilíbrio estético local. Não vemos como cumprida nenhuma razão para poder haver esta excepção colocada no coração da vila, onde já estão dois outdoors eventualmente numa situação que até podem ter uma maior capacidade de absorção visual da sua posição, mas que também eles devíamos tendencialmente retirá-los dali e dar maior dignidade à zona da Fonte de Amandos. Senhor Presidente, Senhor Vereador Luis Almeida, poderão ter então aqui a possibilidade de nos explicar o porquê de tão veemente vontade de não cumprir o Regulamento Municipal.-----

-----Esta questão leva-nos a outra situação, que é o facto de acharmos que toda a área da Fonte de Amandos é merecedora de um estudo conjunto que, infelizmente, não foi contemplado na intervenção prevista para a requalificação urbana da vila de Arganil. Na Fonte de Amandos temos, para além da circunstância da fonte em si, que precisa de manutenção, dos elementos arbóreos em presença, que precisam de uma atenção muito especial, temos a situação das instalações sanitárias, do acesso às urgências, dos edifícios que há-de haver tempo, certamente, de voltar a falar deles e ponho aqui um parêntesis, qualquer dia destes vai ser tempo de voltarmos a falar do cineteatro Alves Coelho, mas sobretudo chamava a atenção para dois aspectos: o coreto, o elemento que deve ser analisado, estudado, sem preconceitos e sem ideias pré concebidas, até da possibilidade de o poder recuperar ou até relocalizar para uma situação que lhe confira maior dignidade e o estado de conservação do parque infantil da Mata do Hospital, que precisa de uma requalificação e que não necessita nada de um taipal à sua frente, precisa é de vistas largas e de convidar as pessoas a cada vez o usarem mais e daí poderem também desfrutar de uma das maiores pérolas que temos na vila de Arganil, que é a Mata do Hospital. Esta intervenção que deve ser uma preocupação do executivo, não pode ser desmerecida por uma postura de deixa andar ou até de ponderar que mais um painel de 8x3 ali seja colocado - eu contra mim falo, que há uns anos atrás tive lá um com 3 metros de altura; mas foram só quinze dias, não massacrei ninguém mais do que esse tempo. Ficar lá para sempre um “muro de Berlim” entre a rotunda e o parque infantil, parece-me totalmente desajustado. Esta não contemplação da zona da Fonte de Amandos na requalificação urbana da vila de Arganil leva-nos a colocar outra questão: qual o ponto de situação das obras, qual é o ponto de situação do projecto, que foi apresentado aqui já fez agora dois meses, o plano de intervenção da requalificação urbana na vila de Arganil, que compreendia duas questões: uma questão fechada que era a intervenção nas áreas que não foram ainda alvo de obras, nomeadamente tudo o que não seja Praça Simões Dias e Largo Ribeiro de Campos, e depois uma segunda parte, que era uma ideia em aberto, para o projecto de intervenção e a estratégia de intervenção sobre o espaço que já foi intervencionado, na Praça Simões Dias; essa proposta foi sublinhado pelo Senhor Presidente da Câmara que não era final, e gostávamos de saber se essa versão final já está encontrada, dois meses depois e se, essa ideia fechada pode ser apresentada, se vai ser, se está contemplado já a sua orçamentação e se pode





Assembleia Municipal

garantir que, como disse na última reunião, as obras irão retomar em Outubro de 2018.-----

-----Senhor Presidente da Câmara, gostava de o congratular pela reabertura do Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Chãs d'Égua; foi uma obra que já vem de alguns anos atrás, que nos diz muito e vemos com muito agrado a sua reabertura. É uma mudança de paradigma, é uma reabordagem a um património que nos parece que estava algo esquecido e é talvez uma janela de oportunidade, tal como o Partido Socialista tem vindo a defender, desde essa altura, é uma mais-valia histórica, cultural, e até um potencial turístico por valorizar, que nos parece ter todo o sentido a sua reabertura. Gostava de lhe perguntar se dessa nossa postura também virá uma nova visão sobre a classificação das pedras que, lembro, foi deixada caducar o processo da sua classificação, enquanto interesse público, enquanto monumento, em 2014 ou 2015, com a justificação que poderia criar constrangimentos à construção. É, realmente, de pasmar. Penso que esta nova abordagem ao património arqueológico e histórico da freguesia do Piódão poderá de novo dar um novo impulso a essa classificação e tem do nosso lado o total apoio. -----

-----Esta situação leva-nos a questionar, estamos a meio do ano, e gostávamos de saber, em relação à estação arqueológica da Lomba do Canho, se está previsto algum dos 300 mil euros que foram apresentados no Orçamento; se há perspectivas de lá deixar algum cêntimo ainda este ano. Julgo que é uma boa altura para fazer este ponto de situação, tal como outros 3 projectos que estão previstos no Orçamento e que ainda não sabemos o ponto de situação, um deles, a Zona Balnear das Fronhas, outro, a requalificação da Capela de S. Pedro, no total estamos a falar de 250 mil euros, e, por fim, o Largo do Piódão, que o Senhor Presidente na altura da reunião de Dezembro, fez questão de dizer que tinha todo o gosto em partilhar o projecto connosco, nós teríamos também todo o interesse em o conhecer.”-----

-----Foi dada a palavra ao senhor deputado municipal **Luis Gomes** tendo dito que “quero abordar dois aspectos, o primeiro relacionado com a EN 342; já tinha abordado aqui este problema na reunião anterior, fomos informados pelo Senhor Presidente da Câmara que a Infra-estruturas de Portugal iria pôr a concurso e que a obra seria adjudicada no final do primeiro trimestre; já vamos no final do segundo trimestre e parece ainda não haver luz verde quanto ao começo dos trabalhos; gostaria, se possível, de obter uma informação concreta sobre a situação do início da obra.-----

-----Outro assunto relacionado com a requalificação urbana daqui da vila, no quadro daquilo que foram as alterações apresentadas aqui; foi dito que no final do mês de Maio havia condições para o projecto de requalificação ser apresentado particularmente nas zonas onde ainda não tinha havido intervenção, penso que o prazo já terá sido ultrapassado, não sei se o projecto em concreto já existe, para merecer uma aprovação por parte daqueles que quiserem participar, conforme aqui



Assembleia Municipal

foi feito na altura, no salão nobre da Câmara Municipal, uma discussão pública da nova requalificação.-----

-----Ainda relativamente à intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, não concordo que o painel, esse outdoor seja colocado no sítio onde habitualmente costuma estar, mas acho que cabe perfeitamente no seguimento dos que lá estão; nesse caso penso que já não fere a paisagem, não constitui uma barreira para o parque de estacionamento e jardim infantil e acho que não fere tanto a paisagem; a sua colocação ali, no seguimento dos que lá estão, não sei se estão colocados com autorização ou abusivamente, e aproveito aqui para dar um recado ao partido comunista, na pessoa do senhor deputado António João Lopes, que já é tempo de mandar retirar os placards que são todas as semanas substituídos, com publicidade do partido comunista; isso já se verifica há alguns anos e penso que não há a coragem de retirar aquilo que está colocado abusivamente; é na Fonte de Amandos e é na rotunda da Avenida; porquê? Tem algum privilégio especial o partido comunista para ter, em permanência, a sua propaganda política? Acho que é um abuso democrático, para quem apregoa a democracia a toda a hora e instante, a torto e a direito, seria de bom senso, isto é uma nota que eu deixo aqui para o meu particular amigo António João Lopes, de providenciar no sentido das estruturas locais e nacionais do partido, já agora, que mandem retirar aquilo porque isto não se vê em parte nenhuma. É uma vergonha, porque não é pelo facto de lá estar a propaganda que o partido comunista vai buscar mais votos, até os perdeu, nas últimas eleições; portanto, é uma propaganda inócua, particularmente no nosso concelho, onde a matriz do partido comunista é francamente reduzida e cada vez será mais. Era esta nota que queria deixar relativamente à colocação do outdoor, é um abuso do partido comunista no que respeita à sua propaganda política.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Nuno Espinal** dizendo que “vou falar sobre o orçamento participativo; como sabem, vivemos numa democracia participativa e há vários instrumentos, não é só o voto, aliás, as pessoas pensam que o voto é o único mecanismo que temos na nossa participação política, há outros mecanismos e este é um deles; eu sei que o orçamento participativo não está implementado no município de Arganil, de qualquer maneira, a nível nacional, há hipótese de votarmos, em questões do interesse do nosso concelho e a verba orçamental para estes projectos a nível nacional, não são retirados ao orçamento do município. Há uma proposta que foi apresentada pelo Dr. Miguel Ventura, que me parece que é muito importante que nós tenhamos atenção a essa proposta, que neste momento já está validada, já é um projecto, e eu faço um apelo a que, se estiverem de acordo, os deputados municipais, porque a grande maioria dos cidadãos em Portugal, não é só no concelho de Arganil, desconhecem em absoluto o que é o orçamento participativo, e hoje há formas de chegarmos às pessoas, através de um meio importante que é a internet; como este projecto do Miguel Ventura, que é um dos subscritores, sobre o apoio às Filarmónicas e Tunas, que tenham escolas de





## Assembleia Municipal

música, é importante, ele engloba não só o município de Arganil como o de Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua; eu proponho que os nossos deputados municipais tentem chegar junto dos cidadãos dando informação do que se passa a nível do orçamento participativo, desta proposta nº 19, do Miguel Ventura, para que as pessoas possam votar nela, porque se ela for vencedora, isso é bom para todos nós, para as Filarmónicas e Tunas do nosso concelho, pois estão em causa 135 mil euros a ser distribuídos por cerca de 28 agrupamentos, que estão nas condições referidas na proposta; para o voto ser feito, basta que as pessoas acedam ao site de OPT, orçamento participativo de Portugal, e depois têm lá as indicações todas, da forma de poderem votar e, em meu entender, de poderem contribuir para alguma coisa que deve ser muito defendida a nível do concelho e que faz parte da nossa própria cultura. Faço este apelo, pelo menos vejam o site do Orçamento Participativo de Portugal e, a partir daí, é a proposta nº 19; há outras propostas, uma delas é sobre a proteção aos interesses dos estrangeiros que existem no nosso concelho e noutros concelhos; mas esta, para não dispersar votos, era aquela que me parece que devia merecer a nossa principal atenção.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Elisabete Oliveira** para abordar “dois temas que me parecem bastante importantes e aos quais deve ser dada nota e que, de alguma forma, como de resto quase todos se apresentam como uma oportunidade e que também trazem uma responsabilidade, a de aproveitar precisamente estas oportunidades; por um lado, este reconhecimento da qualidade das águas, que acontece este ano pela primeira vez, em 3 das nossas praias fluviais, Piódão e Secarias repetem este galardão e Côja tem-no pela primeira vez; esta bandeira azul cabeceia também Pomares a praia acessível. Acho muito importante que as nossas praias fluviais sejam reconhecidas pela qualidade da água, também pelas infra-estruturas, e naturalmente pela envolvente. É muito importante olhar para este tipo de esforço que é desenvolvido para obter este reconhecimento, como uma forma importante de atrair pessoas para o nosso concelho e nos colocarmos como um destino de excelência a nível turístico; falo da oportunidade porque acho que quanto mais integrada for feita esta promoção e quanto mais envolvermos todas as praias fluviais. Não só estas, como todas as outras que temos, tem havido um esforço muito grande a nível local, das freguesias, que eu aproveito também para cumprimentar, para terem espaços muito agradáveis, na generalidade do concelho, recordo-me de muitos espaços que valem a pena; acho que seria um desafio interessante fazer esta promoção cada vez mais integrada destes espaços, levando as pessoas de um espaço a outro, criando esta ligação; acho que seria muito interessante; dar este destaque, este reconhecimento.-----

-----Quero também falar com uma satisfação particular por este protocolo que foi assumido entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, entre as Associações de Bombeiros Voluntários quer de Côja quer de Arganil e o Município, que permite que tenhamos duas equipas de intervenção permanente no concelho, de cinco



Assembleia Municipal

elementos, e que se assumem aqui como um factor muito importante ao nível da prevenção mas também da resposta e de uma resposta eficiente a situações de emergência. O que aconteceu o ano passado foi algo muito difícil a vários níveis e que se constitua, pelo menos, como uma força para que sejam tomadas medidas tão importantes como esta e que são uma mais-valia; queria dar destaque a esta notícia.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** tendo dito que “hoje queria iniciar a minha intervenção por felicitar os dois industriais que deram início a duas empresas de natureza biológica, uma em Folques, de criação de caracóis, e outra nas Secarias, de desenvolvimento de fungos, cogumelos; isto traduz alguns dos aspectos que me agradam porque este município está localizado em zonas de vida plena; os incêndios que têm ocorrido não podem ser vistos nem podem ser tratados contra a natureza, mas temos de aproveitar as maravilhas que a natureza nos dá. Estes dois projectos parecem-me extremamente interessantes.-----

-----Apareceu na imprensa há pouco tempo que iria ser instalado em Côja um canil; até agora não vi nada nos documentos municipais, espero que isso não esteja a ser tratado fora da discussão municipal, porque o canil era colocado no Alto da Boa Vista, eu acho que os animais devem ser bem tratados e ter boa vista, mas, economicamente, era capaz de ser melhor colocar um canil dessa natureza, de grandes dimensões, no parque industrial, onde há esgotos, arruamentos, energia, água, que tornava muito mais barato esse investimento, ou então, numa zona industrial abandonada e não criar mais um erro urbanístico de ir urbanizar uma zona de floresta, que é sempre errado.-----

-----Outro aspecto, a internet; ontem tive que vir a Arganil, porque em Côja há uma internet, o município colocou lá uma estrutura de internet, no entanto, é tão débil, que constantemente se perde; por isso, ler estes documentos, na internet em Côja, é impossível; fazia o apelo para que ou se melhorasse a internet ou se usasse outra forma de divulgar os documentos.-----

-----Quero fazer alguns protestos; o primeiro é pelo roubo que me fizeram no tempo de intervenção, colocando no meu tempo mais um método de Hondt; este método já me roubou um lugar em representação, aqui na Assembleia; o método de Hondt é uma estrutura milagrosa para os pequenos partidos darem apoio aos grandes partidos; é capaz de ser a teoria de alguns políticos deste país, mas temos de eliminá-lo; por isso, protesto contra a redução do tempo de intervenção que me foi atribuído.-----

-----Outro protesto que quero fazer é sobre o nome que foi atribuído a uma rua em Côja contra a decisão da Assembleia de Freguesia por unanimidade; esse aspecto é significativo.-----

-----Um outro protesto que quero fazer é que, nestes anos todos, desde 1974, ainda não foi possível fazer um estacionamento para deficientes físicos, que tenham a possibilidade de usar um automóvel e as cadeiras de rodas; é preciso um



Assembleia Municipal

estacionamento maior do que o estacionamento normal, está estabelecido na lei; é um trabalho que, com 3 estacionamentos normais fazem-se 2 estacionamentos para deficientes e com duas latas, uma preta e uma branca, um operário faz isso, seguramente, em duas horas; francamente não sei o que é que se passa.-----  
-----Outro aspecto é sobre os documentos da antiga Comarca, continuam sem acesso, especialmente para os nossos historiadores ou para as pessoas que se interessam por aspectos do passado; fazer votos para que isso fosse revisto.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **André Vicente** que referiu que “a escola superior de design da Universidade de Harvard, promove anualmente um concurso para que os seus alunos possam ter bolsas internacionais de serviço comunitário; duas alunas foram contempladas e irão implementar um projecto até ao dia 31 de Julho, na freguesia da Benfeita, que tem como objectivo estudar o potencial ambiental sociocultural e económico dos socalcos, bem como apresentar algumas ideias sobre a sua reabilitação e potenciais usos futuros. Eu gostaria de felicitar o município, a professora Sílvia Bedito da Universidade de Harvard, a Junta de Freguesia da Benfeita e o CLDS, por terem desenvolvido a ideia do projecto e faço votos para que tenham os maiores sucessos.-----

-----Em nome da Bancada do Partido Social Democrata aproveito para congratular a RTP, pelo trabalho que tem desenvolvido ao dar a conhecer o nosso país, especialmente o Interior, que é muitas vezes esquecido. No seguimento da Gala das Sete Maravilhas, em que o Piódão foi distinguido na categoria das Aldeias Remotas, e que é um motivo de grande orgulho, a Cerâmica foi palco do programa RTP Mais Perto, dedicado inteiramente ao nosso concelho, projectando em grande medida Arganil e o que de melhor se faz por cá. A RTP está, desta forma, a prestar um autêntico serviço público e isso só pode ser de valorizar.-----

-----Gostaria ainda de aproveitar para tocar noutra tema, que esteve em debate nas últimas semanas, sobretudo por uma das conclusões alarmantes, do Relatório do Fórum Económico Mundial, que antecipava que, em 2050, os oceanos iriam conter mais plásticos do que peixe, em termos de toneladas. Actualmente todos os anos oito milhões de toneladas de plástico são despejados nos oceanos, o que é assustador. Como é que é possível poluirmos desta forma o ambiente, sabendo que isso terá impacto não só nas outras espécies mas também na nossa? A reciclagem, seja de plástico, seja de qualquer produto, tem de ser uma prioridade para evitar o desperdício e fazer com que quase tudo volte a entrar na cadeia para ser reutilizado, apostando no modelo económico circular. Um relatório da Agência Portuguesa do Ambiente de 2014 indicava que 73% do lixo produzido era reciclável. No entanto, a verdade é que estamos longe (mais de 20 pontos percentuais abaixo), daquilo que é a meta de reciclagem acordada com a União Europeia para 2020, que se situa nos 50%. É por isso que gostaria de trazer a debate duas medidas que, se puderem ser aplicadas a nível local, acredito que possam ter um impacto muito positivo em termos ambientais. Por um lado a aposta na recolha selectiva porta a porta. A Associação



## Assembleia Municipal

Zero fez um estudo em 3 municípios que demonstrou que este tipo de recolha tem melhores resultados face aos actuais sistemas de ecopontos; ainda assim, as realidades podem não ser comparáveis com a do nosso concelho e por isso talvez seja interessante procurar fazer um projecto-piloto numa determinada zona e, se os resultados forem favoráveis, ir progredindo pelo nosso território. Por outro lado, a criação de uma tara recuperável; existe essa intenção por parte do Governo, mas só para 2022; se isto pudesse ser começado a ser feito a nível local seria óptimo, porque a verdade é que associando a componente ambiental com a componente económica, tenho a certeza que as taxas de adesão à reciclagem seriam bastante superiores.-----

-----Termino apelando para que não fiquemos indiferentes, porque o que está em causa não é só o nosso futuro, mas o futuro das próximas gerações, que não merecem que lhes deixemos um planeta assim.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Inês Borges** para “salientar que, mais uma vez, o município de Arganil assume-se como parceiro no programa OTL, um programa com o Instituto Português do Desporto e da Juventude, em que proporciona aos nossos jovens experiências em contexto de aprendizagem não formal ou em contextos também de trabalho. Foram aprovados cinco temas, em que serão desenvolvidos durante o mês de Julho por algumas freguesias do nosso concelho. A par deste projecto, também o IPDJ encontra-se a promover voluntariado jovem, no âmbito da prevenção da natureza, das florestas e respectivos ecossistemas. Salientar também que, mais uma vez, o período de Verão irá iniciar-se e, mais uma vez, o nosso município estará a ocupar os nossos jovens durante os meses de Julho e Agosto, com as férias de verão.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** para “referir dois pontos; primeiro, a realização da 13ª edição da Feira das Freguesias; no passado fim-de-semana levámos a cabo a 13ª Feira das Freguesias em Arganil, um evento que, a cada ano que passa, se afirma como um dos principais eventos de Arganil e da nossa região. Este ano é um facto que as condições climatéricas não foram as melhores e que dificultaram em muito a organização do evento, e daqui também podemos tirar algumas lições, para futuras edições e se calhar a principal é tentarmos salvaguardar que há condições para que as diversas animações previstas em palco possam efectivamente acontecer, mas acho que não devemos diminuir este evento. Ficou bem presente na minha opinião a intenção da organização em inovar; acho que proibir o trânsito nas imediações da Praça Simões Dias, de forma que a circulação dos peões se efectuasse de uma forma mais fácil e despreocupada, a colocação de enfeites decorativos em vários pontos do evento, de forma a enquadrar o mesmo com o local onde decorre, as ações de show-cooking que foram realizadas, a inclusão do Clube de Produtores do Concelho de Arganil no evento, são alguns dos exemplos que mostram que este evento foi pensado com vontade de



## Assembleia Municipal

inovar e de tornar ainda maior e melhor. Este é um evento pelo qual nutro uma simpatia adicional e no qual marco presença desde a primeira edição; as 10 primeiras edições apenas enquanto consumidor/cliente, e nas 3 mais recentes enquanto compondo equipa que teve a seu cargo a exploração do espaço destinado a S. Martinho da Cortiça. Sempre tive gosto no envolvimento no movimento associativo e julgo que este é mais que qualquer outro, isso mesmo; uma mostra muito forte do movimento associativo do nosso concelho e que, para além de ser uma mostra muito forte desse movimento associativo, é também um evento que compõe para muitas destas associações a principal fonte de receita do seu orçamento. Aqui gostaria de deixar uma palavra de apreço para a forma como a freguesia de S. Martinho da Cortiça em particular gere a exploração do seu espaço há 4 anos a esta parte, convidando rotativamente as Associações da freguesia, a explorar o seu espaço; não desconsiderando a gestão que é feita por outras freguesias, julgo que proporcionar a todas as associações da freguesia a hipótese de mostrar a sua capacidade de trabalho, de mostrar as suas gentes, os seus sabores e simultaneamente poderem realizar um significativo encaixe financeiro é algo muito positivo. Tal permite ainda a partilha de experiências entre quem esteve e quem irá estar, aproximando as pessoas, criando um ambiente de cooperação, que em minha opinião muito tem revitalizado o associativismo na freguesia de S. Martinho da Cortiça. Registrar ainda algo que acho que é inequívoco, que é o impacto positivo que este evento gera no comércio local de Arganil, pois que sem dúvida alguma que mais pessoas, trarão claramente mais consumo. Aquilo que posso dizer em relação à Feira das Freguesias em resumo, é que venha a décima quarta edição, para que possamos de novo saborear os melhores sabores da Beira Serra.-----

-----O segundo ponto da minha intervenção, gostava de destacar, enquanto S. Martinhense, a inauguração que irá ocorrer amanhã, da nova extensão de saúde. Na base das condições que o município deve proporcionar aos seus munícipes, estão os cuidados de saúde; enquanto S. Martinhense fico agradado pelo investimento realizado na antiga tele-escola para a sua conversão no novo centro de saúde. Tal permitirá uma melhoria inegável das condições de atendimento aos utentes deste Centro de Saúde bem como em simultâneo permitirá uma melhoria igualmente inegável das condições de trabalho dos profissionais de saúde, que diariamente ali prestarão serviço. Para além do que referi anteriormente, julgo que é igualmente relevante referir que desta forma foi possível converter um edifício com uma boa localização e com boas acessibilidades, mas poderia tornar-se num edifício em constante degradação e sem utilidade alguma, em algo que desta forma fica inequivocamente útil. Depois do que na cultura e na educação S. Martinho ter dado um passo em frente com o Centro Cultural e com o Centro Escolar, também agora na Saúde, com o novo Centro de Saúde, S. Martinho dará um passo em frente; e se S. Martinho dá um passo em frente, tal como Pomares e Sarzedo, a título de exemplo, deram recentemente, com a inauguração das suas escolas, Arganil dará, como é óbvio, notórios passos em frente. Senhor Presidente, continue o trabalho





Assembleia Municipal

feito ao longo destes últimos anos no que a este aspecto diz respeito, acreditando e investindo em todas as freguesias do nosso concelho, pois só desta forma é possível atrair mais pessoas até nós. Gostaria de terminar a minha intervenção referindo também que em relação ao assunto que nos foi apresentado pelo nosso colega Nuno Espinal, se não é do conhecimento de todos, é pelo menos do meu conhecimento; efectivamente o projecto foi-me dado a conhecer pelo Dr. Miguel Ventura; naturalmente que o analiso como muito válido, acho que nos devemos preocupar em fazer chegar essa informação a todas as pessoas que com ele se identifiquem e que possam votar favoravelmente esse projecto, para que esse investimento venha para o nosso município não só numa situação em particular, mas para que o projecto mereça ser apoiado porque aquilo que está por base desse projecto é uma forma de cultura que devemos, como é obvio, manter sempre bem presente e apoiar de todas as formas que nos forem possíveis.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Maria José Silva** referindo que “venho apenas secundar a nota positiva apresentada pelo caro colega deputado Miguel Pinheiro, acerca de reabertura do Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Chãs d’Égua, no passado dia 18 de Maio; venho sugerir que a divulgação desta valência seja feita não só pelos meios no turismo dito normal, mas também no turismo escolar, uma vez que esta valência pode constituir e constitui, uma mais-valia para este tipo de nicho de mercado turístico que é muito activo. Segundo o que pude apurar o município pretende, com esta reabertura, para além da dinamização deste local, a constituição de futuras parcerias, e quem sabe a criação de uma rota de arte rupestre na Serra do Açor, uma vez que existem outros pontos de interesse nesta região; o espólio é constituído por cerca de 100 rochas gravadas já descobertas, e é a mais importante concentração de arte rupestre conhecida entre o Tejo e o Baixo Côa; é um espólio muito importante e espero que se consiga constituir esta espécie de rota, estas parcerias com outros pontos de interesse, de maneira a potenciar este local.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **João Figueira** dizendo que “foi aqui referido da indisponibilidade da Comarca de Arganil no site, mas esta voltou a estar disponibilizada no site da Câmara, pelo qual também, como historiador me congratulo, uma vez que até consulte a Comarca toda em papel, portanto congratulo-me poder consultá-la agora, no conforto do lar, ou noutro sítio qualquer; aproveito para perguntar se está previsto, para além de ter outras funcionalidades que optimizam a busca de informação, consoante o tema que se insere, todo o universo até 2009, o que é francamente bom, pergunto se está previsto também a disponibilização de outras fontes do género, respeitantes à história recente de Arganil, como o Jornal de Arganil, nas várias edições, ou outros jornais que tenham sido publicados no concelho; recorde que na freguesia de Vila Cova de Alva, Anseriz e Barril de Alva, nesta paróquia, o Padre Januário, que foi padre destas paróquias





## Assembleia Municipal

durante mais de 50 anos, teve um jornal bimensal, durante quase 40 anos, e que também é uma importante fonte de interesse para a história do concelho, de uma particular região do concelho, mas também mais que isso. Recongratulo-me com a redistribuição da Comarca de Arganil, penso que todos estão, tendo em conta que até aqui frequentemente falamos da Comarca de Arganil, às vezes por boas outras vezes por muito boas razões, globalmente considero por boas razões; ainda assim, é importante olhar para aquilo que a Comarca é hoje em dia e também para aquilo que ela é já há 118 anos.-----

-----O segundo ponto que queria referir tem ver com a Feira das Freguesias; se partilho com o senhor deputado Christophe Coimbra, do entendimento quanto ao sucesso da Feira das Freguesias, apesar das circunstâncias em que decorreu, queria lamentar, por não ter tanto motivo de orgulho da minha freguesia quanto a sua, por uma razão que nada tem nada a ver com as pessoas estimáveis que estão envolvidas em tudo isto mas por, se é nossa intenção querer celebrar na Feira das Freguesias aquilo que é o associativismo e a capacidade realizadora do associativismo local, entristece-me que algumas das freguesias se façam representar por restaurantes; restaurantes que, por acaso, não são nem da freguesia, nem sequer do concelho; sem desprimor para os nossos vizinhos das áreas envolventes de Góis, Tábua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa, são pessoas tão estimáveis como nós, nada me move nada contra os nossos vizinhos, simplesmente lamento, quando isso deva ser a expressão maior do associativismo local, que as freguesias se façam representar por restaurantes como foi o caso da minha. Para além de tudo, é preciso ter em conta que nessas freguesias existe associativismo, existem associações, associações essas que são apoiadas pela Junta de Freguesia, pela Câmara Municipal e, portanto, deveria ser estabelecido como regra que elas se revezassem, pedissem à freguesia vizinha, porventura, para fazerem a representação na Feira das Freguesias; eu preferia que fosse uma freguesia vizinha da minha a representar-nos do que um restaurante de um concelho vizinho, independentemente de toda a qualidade que este possa ter. Para cúmulo disto tudo, não tinha bucho; a minha freguesia, de Vila Cova de Alva e Anseriz não ter bucho, é quase um crime de lesa pátria no que me diz respeito, porque se há um motivo independentemente de todos os outros que me traz à Feira, é por ter uma oportunidade de comer bucho e tigelada; é por isto que eu convenço o meu irmão: encontramos-nos na Feira e vamos comer bucho e tigelada; e é com grande desprazer que, depois, nem uma coisa nem outra. E é um restaurante de fora da freguesia, o que, como representação da freguesia não sei até que ponto isto é, ou foi, o mais ideal. No entanto, os parabéns a todas as freguesias que não tiveram este tipo de problema e se fizeram, e muito bem, representar e que estiveram à altura das suas capacidades. A esses todos os meus parabéns.-----

-----Em relação à EN 342, tanto quanto percebo do que está agendado para a intervenção a ser feita, cuja reparação será até Côja, eu pedia que fosse equacionado o prolongamento do arranjo até à Quinta dos Vales, porque isso ainda



Assembleia Municipal

serve as povoações de Vinhó, Casal de S. João, Portela da Cerdeira, Benfeita; acho que era um grande benefício para as populações serranas.-----

-----Relativamente aos parabéns à RTP, queria dar também os parabéns à TVI, porque num confronto de jornalistas entre o bucho de Arganil e o maranho da Sertã, o jornalista ficou muito entusiasmado e aplaudiu o nosso bucho.-----

-----Em relação às bandas filarmónicas, é importante este orçamento participativo mas também será importante aquilo que eu disse numa Assembleia anterior, a propósito da abertura do pólo do Conservatório de Música de Coimbra, em Arganil, que a Câmara e as entidades do concelho se mobilizassem no sentido de proporcionar aos jovens e aos executantes das filarmónicas a frequência das aulas, que o Conservatório vai dar aqui em Arganil.”-----

-----Teve a palavra o senhor **José Lopes**, Presidente da Junta de Freguesia do Piódão referindo que “em primeiro lugar queria falar da divulgação do Piódão e do concelho de Arganil no programa da RTP; mais uma vez a RTP veio ao concelho de Arganil e, desta vez, de uma maneira mais abrangente, invulgar, mostrar aquilo que de melhor há no concelho de Arganil, para além do Piódão. Acho que foi muito importante essa divulgação, muitas das freguesias que tantas vezes são esquecidas, desta vez tiveram o protagonismo que lhes é devido; o programa estava previsto para a praça do Município, acho que ficava muito bem se fosse feito aqui, mas as condições climatéricas não permitiram e foram para a Cerâmica Arganilense; foi uma boa decisão, os responsáveis pela RTP ficaram entusiasmados com a situação, viram que lá havia boas condições; por aquilo que me disseram, inicialmente, quando foram confrontados com a deslocação do programa daqui da praça para a Cerâmica ficaram confusos, pois não conheciam a realidade, mas quando fizeram o programa e durante o mesmo e pelo que foi divulgado por eles próprios, ficaram muito agradados com aquela deslocação. É bom dizer que alguns criticavam porque é que se estava a recuperar a Cerâmica e agora vemos as valências e a utilidade que ela tem.-----

-----Quero manifestar a minha satisfação pela limpeza que se está a fazer nas estradas da freguesia do Piódão, a faixa de contenção, porque em caso de incêndio, aquela faixa de 10 metros para cada lado da estrada, os automobilistas que ali circulem talvez se sintam com mais segurança, porque o mato chegava quase à berma da estrada.-----

-----Quanto à questão da limpeza da envolvência das aldeias, a Junta de Freguesia e instituições locais de algum tempo para cá temos andado a sensibilizar as pessoas, que têm colaborado, no Piódão e nas outras aldeias; já se fez muito trabalho e ainda há algum para fazer, mas já é visível, principalmente no Piódão, junto às casas, onde havia muitas silvas, já está praticamente tudo limpo; estou satisfeito por as pessoas terem aderido e terem feito aquele trabalho.-----

-----Por último, queria agradecer a sensibilidade e a manifestação de interesse pela estrada que liga Serra da Estrela – Piódão, via Vide, pelo interesse manifestado



Assembleia Municipal

pelos municípios de Arganil e Seia, que têm conversado sobre o assunto, e parece que há vontade expressa nesse sentido, pois é uma estrada que neste momento, nas acessibilidades ao Piódão, está a precisar de uma reparação urgente, pois está muito degradada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “tentarei, tanto quanto possível, responder às várias questões que foram colocadas; começando pela intervenção da senhora deputada Sara Pedroso, no que concerne ao Protocolo celebrado entre o Município, a Direção Geral de Saúde e a Administração Regional de Saúde, como referiu e muito bem, há duas componentes que são hoje consideradas como absolutamente cruciais e que fazem a diferença entre ter mais anos na vida ou ter mais anos na vida, com qualidade; isso compara-se facilmente naquilo que é a realidade portuguesa, em que essa qualidade não está muito presente no avanço da idade, e nos países nórdicos a qualidade de vida acompanha de facto os anos da vida. Há aqui esta preocupação destas duas entidades ligadas à administração central, e de um conjunto de 40 municípios, de trabalharem naquilo que tem a ver com a questão alimentar, por um lado, ao nível da reformulação de alguns produtos alimentares, na capacitação dos cidadãos e dos profissionais que trabalham ou influenciam o consumo de alimentos, no sentido do cidadão escolher cada vez mais alimentos saudáveis, e por outro lado, naquilo que tem a ver com a actividade física. O Protocolo preconiza um conjunto de iniciativas e medidas, ao nível da equidade em saúde, da informação e da capacitação, da promoção e desenvolvimento da literacia em saúde, naquilo que tem a ver com a disponibilidade alimentar, e um exemplo muito concreto que tem assumido acutilância nos últimos tempos, tem a ver com coisas que não podem acontecer, que é ao mesmo tempo que o Estado anda a fazer esta campanha, vemos depois o próprio Estado, nos hospitais e nas escolas, com oferta de produtos que são contrários a esta filosofia; tudo isto no que tem a ver com estas iniciativas e depois, claramente, com aquilo que tem a ver com as iniciativas relacionadas com a actividade física. Estamos a falar de um conjunto de medidas que podem contribuir para termos a acompanhar os mais anos de vida, com qualidade de vida.”-----

-----Relativamente às questões suscitadas pelo senhor deputado Miguel Pinheiro, começar por dizer que me associo ao voto de pesar formulado.”-----

-----Relativamente às restantes questões, esclarecer que podemos ter opiniões diversas e isso é de salutar em democracia, mas afirmar que não foi dado cumprimento ao Regulamento é que é algo de que tenho de discordar, independentemente de haver pareceres técnicos que apontam num ou noutro sentido; recorro que nós, felizmente, estamos numa democracia, não estamos numa ditadura burocrática, mas o que é certo é que, democraticamente no órgão próprio, na Câmara Municipal, esta questão foi debatida e foi decidido ter um período experimental de colocação daquele outdoor. Vale a pena também dizer que estamos a falar de um outdoor de 8,00mx3,00m; se estivéssemos a falar de um outdoor de



## Assembleia Municipal

7,99m por 2,99m, isso já não seria assunto aqui nesta sede; isto para vermos a relevância deste assunto e a forma como a questão pode ser colocada. De qualquer maneira, volto a dizer, estamos numa fase de testes, de avaliação, ao fim do período que penso que decidimos de 6 meses, reavaliaremos e tomaremos uma decisão relativamente àquela situação. No que concerne às restantes questões que suscitou, o coreto, concordo plenamente com aquilo que referiu na sua intervenção, relativamente à necessidade de fazer a respectiva requalificação; temos vindo a falar com a Junta de Freguesia de Arganil para conseguirmos concretizar esta requalificação que se impõe. Relativamente ao Parque Infantil, na Fonte de Amandos, devo dizer que temos feito um esforço sistemático e significativo para ter aquele espaço em boas condições, mas o que é certo é que têm-se multiplicado naquela zona, actos de vandalismo, numa forma demasiadamente frequente, que faz com que seja possível num dia fazer uma intervenção e no dia seguinte já estarem as coisas destruídas novamente. Temos vindo a articular também com a GNR, no sentido de tentar uma vigilância mais eficaz, mas tem sido um processo difícil. Relativamente à requalificação do espaço urbano público, o projecto foi entregue no final de Maio, estamos neste momento a fazer uma verificação interna de alguns aspectos e quando tivermos essas questões avaliadas e validadas, teremos novamente oportunidade de falar dele, dizendo que houve um momento para a discussão pública, para a recolha de contributos, alguns desses contributos encontram-se vertidos nesta versão do projecto, mas estaremos claramente a falar já de tomar decisões para a sua execução. Agradecer as palavras que manifestou quanto à reabertura do Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Chãs d'Égua. Quanto à questão da classificação das pedras, não estou por dentro deste assunto; cuidarei de recolher informação e numa próxima Assembleia Municipal, ou entretanto, dar-lhe-ei esta informação. Quanto à Lomba do Canho, tive oportunidade de dizer que temos uma abordagem que não se circunscreve ao espaço da Lomba do Canho, porque temos noção que aí, a intervenção é mais complexa, até porque estamos a falar na generalidade de terrenos particulares. Estamos já a fazer algum trabalho de campo nesta matéria, mas, para além disso, e é algo que queremos materializar brevemente, e estamos a tentar que seja ainda no decurso do ano corrente, pretendemos colocar em funcionamento a mostra museológica que funcionará no edifício da Casa da Cultura. O respectivo projecto está a ser ultimado, temos uma reunião na próxima semana agendada com o arquitecto, para avaliar as propostas finais e penso que temos condições para avançar rapidamente. Relativamente à Zona Balnear das Fronhas, é um projecto que está em reavaliação em articulação com a freguesia de S. Martinho da Cortiça; não há decisões acerca deste projecto. Quanto à requalificação da Capela de S. Pedro o concurso público está a decorrer, já há relatório final, vamos entrar entretanto na fase da contratação. Quanto ao Largo do Piódão, está o projecto de execução foi contratualizado externamente, está em fase de elaboração e logo que tenhamos elementos que nos permitam fazer aqui uma discussão, a mesma será agendada.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Luis Gomes, quanto à EN 342, aquilo que me foi informado há cerca de 15 dias, pela Infra-Estruturas de Portugal, aponta no sentido de já ter sido assinado o contrato entre a Infra-estruturas de Portugal e o empreiteiro e estará neste momento em apreciação para efeitos da emissão de visto por parte do Tribunal de Contas; sendo esta informação factual, e acredito que sim, depois do visto haverá consignação da obra e presumo, considerando os calendários burocráticos destas temáticas, que haja condições para, ainda no mês de Junho ou durante o mês de Julho, seja efectuada a consignação desta importante empreitada para o nosso concelho. Relativamente à propaganda política, versus propaganda eleitoral, não é verdade que seja só em Arganil que o PCP ou CDU faça “plantações” de painéis de propaganda; se fizermos uma visita por Coimbra também encontramos dezenas deles e aquilo que nos diz a Comissão Nacional de Eleições é que é um direito que lhes assiste; estes não têm nenhum impacto na paisagem urbana, estão absolutamente enquadráveis, são absolutamente normais e a CNE diferencia aquilo que é propaganda política, onde se inserem estes, daquilo que é propaganda eleitoral, que tem a ver apenas com a propaganda relacionada com um determinado acto eleitoral.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado municipal Nuno Espinal, quero sublinhar as palavras que aqui deixou.-----

-----Quero também agradecer a intervenção da senhora deputada municipal Elisabete Oliveira; relativamente às praias fluviais o município tem vindo a fazer um esforço muito significativo naquilo que tem a ver não só com a manutenção das condições, mas também com o investimento para termos uma perspectiva de rede, e como disse e muito bem, para além de este ano termos conseguido conquistar, para a praia fluvial de Côja, uma bandeira azul, temos também a circunstância de mantermos as bandeiras de Ouro da Quercus no Piódão e nas Secarias e de Praia Acessível em Pomares. Relativamente a uma nova resposta que teremos no concelho, ao nível da prevenção e do combate aos incêndios, as equipas de intervenção permanente, é uma decisão que consideramos importante para o território, e devo somar-lhe ainda a circunstância das próprias equipas que estão a ser formadas já com carácter mais pesado, ao nível das Comunidades Intermunicipais, prevendo-se que no caso da CIM da Região de Coimbra, possa ser criada uma ou duas equipas, já com meios mais pesados e com número de efectivos de 15, ou 30, consoante seja uma ou duas equipas.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado António João Lopes, em relação àquilo a que chamou canil de Côja, vale a pena precisar os conceitos; aquilo de que estaremos a falar é de um Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia; como sabe, na sequência de uma proposta que foi aprovada na Assembleia da República, uma proposta do PAN, as regras relacionadas com estas infra-estruturas, naquilo que tem a ver com a captura de animais errantes, naquilo que tem a ver com a sua gestão, alterou-se significativamente, colocando novas responsabilidades nos municípios. Neste caso concreto estamos a falar





## Assembleia Municipal

objectivamente de um centro de nova geração, não estamos a falar de um local para colocar animais de companhia e para terem a abordagem que ao longo dos anos a generalidade dos municípios foi adoptando; estamos a falar de uma nova abordagem do ponto de vista do tratamento e do ponto de vista da gestão de área deste efectivo animal. Este Centro, que, a ser uma realidade, terá uma abordagem supra-municipal, e será uma resposta para os municípios de Arganil, Góis, Tábua, Oliveira do Hospital e Pampilhosa de Serra, volto a dizer, numa nova abordagem, para um investimento que se perspectiva que possa situar-se entre os setecentos mil euros e um milhão de euros. Relativamente à internet em Côja, era suposto funcionar adequadamente, vamos ver o que se passa. Quanto aos protestos, não me compete pronunciar acerca do método de Hondt. Relativamente ao nome da rua em Côja, contra decisão unânime na Assembleia de Freguesia não me parece que exista qualquer processo desta natureza. Relativamente ao estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada isto é mais diferente do que fazer uns riscos e para não gastar aqui o tempo, que é escasso, depois podemos falar acerca disto. Quanto à Comarca de Arganil Digital, como foi já aqui referido, está on-line e disponível para todos os cidadãos.-----

-----Quanto à intervenção do senhor deputado André Vicente, registar as palavras que manifestou acerca do projecto que estamos a desenvolver, desde o momento muito preliminar logo após o incêndio, com a professora Sílvia Benedito, uma portuguesa que é professora na Universidade de Harvard, que é especialista nesta área e tem sido possível ao longo destes 8 meses desenvolver e definir este projecto que vai ter agora aqui, na freguesia da Benfeita o ponto de partida. Agradecer as palavras relativamente ao programa RTP Mais Perto, que deu muitas horas de destaque ao nosso concelho e associar-me à preocupação que manifestou acerca da prevalência dos plásticos, daquilo que hoje é assumidamente um problema muito crítico para a humanidade; não estamos a falar do nosso futuro mais próximo, estamos a falar do Planeta e aqui exigem-se responsabilidades de todos nós, enquanto cidadãos, e reconhecendo nós que temos todos que fazer um esforço para caminhar no sentido do objectivo de ter mais reciclável, os números que temos não são muito abonatórios para aquilo que deve ser o caminho a prosseguir; neste sentido, dizer que temos uma candidatura submetida ao POUSEUR para um sistema de recolha porta a porta, aguardamos decisão, que não sabemos qual vai ser, mas se fosse aprovada é algo que seria importante. Dizer também que temos um Protocolo com a APPACDM, no sentido da recolha e valorização, nomeadamente naquilo que tem a ver com o papel, com a recolha e com o seguimento do papel.-----

-----Quero agradecer as palavras da senhora deputada Inês Borges.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, destaco a coincidência dos três Centros, no caso de S. Martinho da Cortiça, abandonando aquilo que era uma decisão que para nós, do ponto de vista estratégico, há 12 anos, seria um erro, fazer a ampliação da escola naquele local; abandonar essa decisão permitiu assegurar um Centro Escolar novo, assegurar um Centro Cultural que é





Assembleia Municipal

uma estrutura nova e agora concluir o Centro de Saúde, naquilo que é uma extensão que está com óptimas condições.-----

-----Quero também agradecer as palavras da senhora deputada Maria José Silva.----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado João Figueira, dizer-lhe que sim, estamos a trabalhar no sentido de, para além da Comarca, termos também o Jornal de Arganil nesta ferramenta; aqui já temos a coleção digitalizada, agora há todo o tratamento, há todo o processo de reconhecimento de texto, mas estamos a trabalhar nisso. Essa é a decisão e será “a resposta mais imediata”. A ferramenta que temos implementada permite também avançar para outros periódicos, contudo não estamos ainda nessa fase, porque teremos de concluir o processo do Jornal de Arganil. Relativamente à Feira das Freguesias concordo naquilo que diz que deve ser um esforço colectivo de, tanto quanto possível, termos uma representação do território e isto, na maior parte das situações, pode ser também uma oportunidade para as próprias instituições. São decisões que cada uma das freguesias, fazendo a leitura da situação do momento, também toma, e que, como compreenderá, não me compete avaliar. Quanto à questão da EN 342, o prolongamento aos Vales não me parece que seja uma realidade no âmbito deste projecto; aquilo que foi assumido como compromisso, por parte da Infra-Estruturas de Portugal, foi a abertura do procedimento entre Côja e Avô, no ano de 2019. Se isso acontecer poderemos ter ali um problema durante não muito tempo.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, apenas concordar com aquilo que já várias pessoas aqui manifestaram, ou seja, aquilo que foi o serviço público assegurado em Arganil, pela RTP.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Arganil**, senhor João Travassos, “apenas para informar o Senhor Presidente da Câmara e os demais, que o coreto da Fonte de Amandos vai entrar em obras já na próxima segunda-feira; está bastante degradado e, em acordo com o que conversámos com a Câmara, vamos dar início às obras na próxima segunda-feira; engloba serralharia, pintura, ainda é um valor considerável, mas depois conversaremos com o Senhor Presidente da Câmara.”-----

-----Teve ainda a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** “para deixar um pequeno esclarecimento; confirmar que as informações que temos da EN 342 são coincidentes com a do Senhor Presidente, que está adjudicada, que as verbas estão cabimentadas e que a obra, esperemos, possa começar a qualquer momento. Em relação ao painel, temos realmente opiniões diferentes, isso é normal, até relativamente ao próprio Regulamento. Julgo que não está a ser cumprido o regulamento pelo simples facto, primeiro acho que não há uma excepcionalidade para colocar um painel daqueles dentro da vila, pode-se discutir o que é dentro e o que é fora da vila; depois, assumindo que essa excepcionalidade existe, não nos foram apresentadas razões e justificações para que este exemplo se concretize



## Assembleia Municipal

enquanto uma, ou seja, o Senhor Presidente não explicou porque é que aquela localização, aquela estrutura, aquela mensagem, é suficientemente importante, relevante, construtiva, pedagógica, seja o que for, para ser colocada no coração da vila de Arganil, numa posição de maior destaque, no culminar de um dos principais eixos viários interiores da vila; vai ser promovida uma situação privilegiada para uma montra comercial, porque é disso que estamos a falar, e a justificação para a excepcionalidade, que possa enquadrá-la no Regulamento, quanto a nós, não foi justificada nem apresentada. E o período experimental que o Senhor Presidente fala de 3 meses, devia ser, quanto a nós, substituído, por toda a experiência que temos tido ao longo dos tempos, de ter a estrutura montada em situações muito específicas da campanha política e dos momentos que precedem os actos eleitorais. Nesse caso estamos, realmente em desacordo. Ainda relativamente ao painel, parece-me até que esta opinião não foi sequer consensual dentro da própria bancada do executivo do PSD, apesar da acta da reunião dizer o contrário.-----

-----No que diz respeito à requalificação urbana de Arganil, gostávamos de saber se o Senhor Presidente pode ou não confirmar que as obras começarão em Outubro como dito na reunião anterior e que fase é que começa, se é pela intervenção de substituição parcial ou total do que foi feito na Praça, ou pelas zonas que ainda não foram intervencionadas.-----

-----Em relação a uma questão que foi apresentada e que também nos é cara e é importante, os galardões às Praias Fluviais; é muito importante e está o município, em toda a sua expressão, de parabéns, mas acho que é de toda a justiça chamar aqui à coação a intervenção prestimosa e insuperável das Juntas de Freguesia, que elas sim, são as grandes responsáveis pelos galardões das praias fluviais, dado que têm feito toda a intervenção directa nas praias e é notório e é claro que o orçamento municipal continua a dedicar verbas absolutamente incipientes para esta alínea que é, e deveria ser, a par da Floresta, um dos desígnios da intervenção e da expressão da actividade do Município.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** referindo que “em relação ao estudo de natureza florestal, feito por uma professora de Harvard, e do Instituto Agrário de Coimbra, eu gostaria de conhecer o andamento do processo, se está publicado na internet, se há algum documento escrito, porque é um assunto extremamente interessante e tem muitas vertentes, e inclusivamente a Assembleia Municipal pode dar alguns contributos.-----

-----Outro aspecto que me parece interessante, eu nos últimos quatro anos, em quase todas as Assembleias, fiz propostas de natureza económica, para serem aqui debatidas; eu também não insisti porque gostava de ver até que ponto é que estas coisas iam andando, nunca apareceu na ordem de trabalhos esses aspectos, a não ser na primeira Assembleia que fizemos em S. Martinho da Cortiça. Parece-me que esta ordem de trabalhos tem que ser participada com as posições das várias forças políticas presentes; nem só elaborada pela Câmara, que neste caso é uni-política,



## Assembleia Municipal

mas tem que ser organizada por todos. Por isso eu sugiro que nas próximas ordens de trabalho apareçam alguns dos projectos que as outras forças políticas propõem.--  
-----Também o Boletim Municipal continua a sair, mas, de acordo com a proposta que permite que os municípios tenham um boletim que não é de natureza jornalística, porque é presidido pelo Presidente da Câmara, e não precisa de ser jornalístico, mas a Comissão original dizia que tinha de ter opinião de todas as forças políticas; continuamos a não saber ler as leis ou as directivas que vêm de Lisboa.-----  
-----A tomada de posse a que hoje assistimos, da Comissão de Segurança do Município, realmente admirou-me, com tanta gente, esta gente é mais que suficiente para fazer a segurança de vários municípios, mas no mandato anterior, não houve qualquer tomada de posse e eu tive conhecimento de aspectos de segurança que não têm sido suficientemente debatidos. Proponho que às vinte e tal pessoas que tomaram posse, que reúnam periodicamente, façam os seus relatórios e tentem ver se as coisas caminham melhor.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “quanto à questão do coreto, estamos informados; agradecer esta informação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil.-----  
-----Relativamente ao painel não acrescento mais nada, dizendo apenas que tem razão, pois parece existir uma incorreção na acta a que se refere.-----  
-----Quanto à questão da reabilitação do espaço público e ao momento do seu reinício, tentaremos que seja tão breve quanto possível, há agora um conjunto de paços formais que é necessário cumprir, mas clarificar, como tenho feito sempre em relação a esta matéria, que a nossa prioridade não está relacionada com aquilo que já está realizado, e tenho sempre dito e afirmado isto; trata-se de trabalhos que foram já objecto de medição, foram já objecto de facturação, foram já pagos, foram já recepcionados provisoriamente, e é uma decisão que, para nós, não é neste momento prioritária, antes pelo contrário. Aquilo que é prioritário é fazer a intervenção no espaço que ainda não foi objecto de intervenção e que aí seja feita outra abordagem, outra opção, que nos dê mais tranquilidade relativamente à qualidade da intervenção que será efectuada.-----  
-----Quanto ao apontamento sobre as praias fluviais e acerca da opinião que manifestou, dizer que seria um bom exercício questionar os senhores Presidentes de cada Junta de Freguesia, se não fosse o apoio financeiro da Câmara Municipal, se nalgum destes sítios teríamos alguma praia fluvial com estes galardões.-----  
-----Quanto à intervenção do senhor deputado António João Lopes, os estudos não estão publicados, mas teremos oportunidade de falar acerca disso e farei a ponte para poder falar com as pessoas que estão com este processo.”-----

## ORDEM DO DIA



Assembleia Municipal

**1 - Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança de Arganil.**-----

-----Teve a palavra o senhor segundo secretário para ler a acta de tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, tendo procedido à chamada dos respectivos elementos, que assinaram a respectiva acta, pela ordem de chamada.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “resta-me agradecer a todos os recém empossados; aqueles que não tomaram posse hoje tomarão na primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança. Quero desejar votos de um frutuoso trabalho, em prol da segurança do concelho de Arganil. Obrigado a todos.”-----

**2 - Concurso Público Internacional para “Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público”, pelo periodo de 36 meses - Prorrogação do prazo de execução do contrato 3/2015.**-----

-----Presente um exemplar do processo do concurso em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “trata-se de dar suporte formal a um hiato temporal de um mês e 4 dias entre 14 de Janeiro e 19 de Fevereiro de 2018, em que não havia suporte contratual para o abastecimento de combustíveis, sendo que este suporte tinha apenas a ver com o tempo do anterior contrato, uma vez que, do ponto de vista do valor, ainda havia espaço para acolher o valor deste periodo.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do concurso Público Internacional para “Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público”, pelo periodo de 36 meses.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**3 – Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contratos Programa com as Freguesias de Benfeita, Piódão, Pomares, S. Martinho da Cortiça e Sarzedo; União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anseriz. Apoio Financeiro para a participação na execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva.-**



Assembleia Municipal

-----Presente a informação INF/DAGF/108, datada de 27/04/2018, da Técnica Superior Sara Rodrigues, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas dos contratos programa com as Juntas e Uniões de Freguesia referidas supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**4 - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Arganil do ano de 2017.**-----

-----Analisados os documentos em apreço, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, o seguinte:-----

-----a) Aprovar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, e respectiva Avaliação reportado à data de 31 de Dezembro de 2017, elaborado no âmbito do POCAL, e no cumprimento do disposto da al. i) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e, submeter os documentos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da al. l) do nº 2 do art. 25º, do mesmo diploma.-----

-----b) Aprovar os documentos de prestação de contas, elaborados no âmbito do POCAL, e de acordo com a resolução nº 4/2001 – 2ª Secção – Instruções nº 1/2001, do Tribunal de Contas, alterada pela resolução nº 26/2013 e, em cumprimento do disposto na alínea i) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**5 - Apreciação e votação da proposta de Revisão Orçamental nº 2/2018.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF/92, datada de 11/04/2018, da técnica superior Sara Rodrigues, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com oito abstenções, aprovar a Revisão Orçamental nº 2/2018.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



**6 - Apreciação e votação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal de 2018 e Mapa Anual de Recrutamentos.**-----

-----Presente a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2018 e Mapa Anual de Recrutamentos, bem como toda a documentação anexa, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com oito abstenções, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2018 e Mapa Anual de Recrutamentos.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**7 - Provimento dos cargos de direcção intermédia do 2º grau – Chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira e Chefe da Divisão de Gestão Urbanística - Apreciação e votação da proposta de designação do júri do procedimento concursal e de atribuição de despesas de representação.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF/122, datada de 23/05/2018, da técnica superior Sílvia Tavares, que se dá como reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para “assinalar esta pequena mudança de estratégia de gestão em relação aos mandatos anteriores; sublinhar este reforço de input técnico com o qual, em princípio, não discordamos; aliás, isto vem ao encontro daquilo que o Senhor disse há pouco, que isto era uma democracia e não uma ditadura técnico-democrática; eu espero que haja realmente aqui uma boa comunicação entre os decisores políticos, o executivo e este reforço de capacidade técnica e decisória a nível intermédio. O que esperamos é realmente que os visados sejam escolhidos em função da sua disponibilidade, em função do seu conhecimento, interesse, e pela sua vontade de se dedicarem realmente ao interesse do concelho, numa perspectiva supra-partidária, com uma abordagem mais estrutural do que circunstancial aos tempos dos mandatos, perceber que vão estar a trabalhar para os munícipes e não em função de lógicas eleitorais. É esse reforço de capacidade técnica, de competência e de experiência, aliado a uma vontade de fixação ao concelho e de capacidade de liderança, que contamos que estes júris possam avaliar.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que “existe uma outra situação que foi também decidida, que tem a ver com, para além da composição dos júris, as despesas de representação que é também competência da Assembleia Municipal, decidir pela respectiva atribuição ou não. A posição da Câmara é que pretendemos, de uma forma totalmente transparente, potenciar a atractividade destes dois recrutamentos, e essa atractividade, como sabemos,





Assembleia Municipal

também é potenciada com a questão financeira; daí que entendemos que deve ser atribuído o valor correspondente às despesas de representação.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “a proposta é no sentido de serem atribuídas despesas de representação, no valor que está estabelecido pela lei.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com oito abstenções, aprovar a atribuição de despesas de representação aos cargos de direção intermédia de 2º grau – Chefes de Divisão que estejam previstos na estrutura orgânica actual dos serviços municipais de Arganil, e designar o seguinte júri:-----

-----a) – para a Divisão Administrativa e Financeira:-----

-----Dr. José Alberto Negrão, Director do Departamento Administrativo e Financeiro;-

-----Dr. Luis Miguel Mendes, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira;-----

-----Dr.ª Paula Silvestre, Chefe de Divisão CIMRC;-----

-----b) – para a Divisão de Gestão Urbanística:-----

-----Dr.ª Margarida Bento, Directora dos Serviços do Ordenamento do Território (CCDR);-----

-----Dr.ª Isabel Maria Matos, Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana;-

-----Dr. Fernando Alves, Chefe de Divisão de Obras Públicas.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**8 - Apreciação e votação da actualização da lista de edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente, abrangidos pelo art.º 4º do Decreto-Lei nº 130/2017.**-----

-----Presente a informação INF/DGU/310, datada de 29/05/2018, do técnico superior António Pedro Simões, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para “indagar o Senhor Presidente sobre uma afirmação que saiu em Maio de 2018, que o Senhor Presidente disse que o Estado ia apoiar a reconstrução em Arganil de casas em situação ilegal; gostava que o Senhor Presidente pudesse esclarecer o âmbito desta afirmação e em que ponto é que isto está; é efectivo? É perspectivável? É uma questão que achamos muito importante ver esclarecida.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “precisar as minhas afirmações, no sentido de que aquilo que referi foi de algumas casas em situação irregular; essa situação irregular mede-se não naquilo que tem a ver com a perspectiva urbanística, ou pelo menos não tem a ver com a perspectiva urbanística em todos os imóveis de que estamos a falar, nalguns casos tem a ver com o



## Assembleia Municipal

relacionamento perante, desde logo, a administração tributária e aquilo que tem a ver com o registo predial. Temos um conjunto de habitações que são tituladas pela comunidade estrangeira, estamos a falar de utilização e reabilitação, nalguns casos, de imóveis que algum momento no seu histórico já foram habitação, e aquilo que foi possível consolidar, da articulação que fizemos durante várias sessões, com a equipa da CCDRC, que essas casas, do ponto de vista urbanístico, se foram habitação, são casas legais, há, contudo, um conjunto de procedimentos que estes proprietários destas habitações carecem de desenvolver para as colocarem em situação regular, e essa situação regular tem a ver com a inscrição na matriz, perante a administração tributária e com o registo predial. É isso que está a ser tratado, esse conjunto de habitações, com estes pressupostos que referi, estando numa situação irregular, são, do ponto de vista urbanístico, casas legais e serão, em princípio, objecto de apoio por parte do Estado.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista de edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente, abrangidos pelo art.º 4º do Decreto-Lei nº 130/2017.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

### **9 - Apreciação e votação da proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2018/2027.**-----

-----Presente um exemplar do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** para dizer que “não percebo a urgência de vir a aprovação de um documento que ainda não está feito; se ainda não está feito, virá na próxima reunião. Começa-se por dizer que ainda não se terminou; depois vem um parecer do Instituto das Florestas que diz se estas alterações não forem feitas no prazo de 25 dias, caduca tudo; então, isto está tudo ainda relativamente verde. Por que razão vem a esta Assembleia? A esta Assembleia parece-me que deviam vir as coisas já terminadas e com capacidade para nós lermos e dizermos se concordamos ou não, senão, não nos peçam votação, digam que é só para conhecimento. Se pedem votação, tem que ser racionalmente compreensível.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para dizer que “o Plano existe e até foi já apresentado à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e julgo que o parecer vinculativo do ICNF é já sobre essa versão apresentada.-----



Assembleia Municipal

-----Gostava de chamar a atenção sobre dois aspectos: o primeiro, esperar que o Plano consiga ter, no seu plano de vigência, a capacidade de se actualizar, chamar a atenção para a importância da dinâmica da actualização constante deste Plano, porque sabemos que a dinâmica do fogo é muito imprevisível e a situação de referência que temos hoje, é muito diferente da que vamos encontrar daqui por dois anos, certamente.-----

-----Chamava a atenção também da Câmara Municipal para a importância da relação que tem este Plano com os outros instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o Plano Director Municipal.-----

-----Ainda gostava de chamar a atenção para a possibilidade e a capacidade que a Câmara tem que ter, de conseguir uma taxa de execução maior agora neste Plano e do conjunto de ações que, por não terem sido efectuadas, no âmbito da vigência do anterior, passam para o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios agora, até 2027; ou seja, estamos a falar de um horizonte temporal de mais de 10 anos e esta situação, tanto da situação de referência, como da própria situação de combate, vão certamente sofrer grandes alterações e é necessário que essa dinâmica possa ser acompanhada a par e passo pelo Gabinete Técnico Florestal, porque os grandes desafios e oportunidades que se põem ao nosso concelho, não estão na expansão do espaço urbano, na infra-estruturação do espaço urbano, se calhar até nem sequer na requalificação do espaço urbano ou do espaço industrial, mas sim, no investimento numa paisagem produtiva, no investimento na dignificação do espaço rural e das oportunidades que ele nos proporciona.-----

-----Quero também referir a questão do Programa Aldeia Segura e Pessoas Seguras, que foi apresentado, julgo que é uma iniciativa de capacitar os territórios com maior resistência e resiliência, aliás, até gostava de saber quais são, em termos de medidas pós incêndio, o que é que tem sido feito pelo município nesse aspecto.---

-----Ainda um assunto de que se falou há pouco, a Harvard School Design e da sua participação na Benfeita, acho que é uma iniciativa extraordinária, não podia estar mais de acordo e estou muito expectante com o resultado e, aliás, devo lembrar que o próprio município já participou num estudo sobre a importância dos socos e do imenso património construído que temos no nosso concelho, sobretudo nas freguesias de Pomares e do Piódão, que foi conduzido pelo Professor Luciano Lourenço, e apresentado há cerca de 10 anos atrás. Já começa a haver muito conhecimento científico sobre o nosso território rural, acho que tudo isto deve ajudar a torná-lo mais resiliente e mais sustentável.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “eu só leio uma linha: *a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios encontra-se a elaborar o novo Plano Municipal de Defesa da Floresta*. O que é que isto quer dizer? Encontra-se, ainda não está terminado. E depois mandam-me votar; votar como, se ainda não está feito? Onde é que está o Plano?”--



Assembleia Municipal

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** explicando que “senhor deputado, seguramente que, se ainda não estivéssemos em condições de poder apreciar e votar este documento, seguramente que ele não integraria a Ordem de Trabalhos. Se o Senhor deputado puder ler toda a informação e a deliberação camarária, chegará à conclusão que o parecer do ICNF foi remetido posteriormente à primeira submissão do documento na reunião de Câmara. A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios teve ocasião de se pronunciar sobre ele, o ICNF teve ocasião de se pronunciar sobre ele também, e agora é o tempo da Assembleia Municipal se pronunciar sobre este documento.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** explicando que “neste aspecto posso casar com a culpa; senhor deputado António João Lopes, porque eu sou representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e, por razões profissionais, não estive presente na última reunião; contudo, com todo o gosto, farei o reencaminhamento da informação que recebi para o senhor deputado e poderá daí tomar conhecimento dessa questão, nomeadamente dos elementos do Plano que foram alvo de análise.”-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** referindo que “eu só li a última linha da Comissão do ICNF; *no prazo de 60 dias, ficando os quais sem efeito*; ora, que dados é que pediram, que dados é que enviaram, e os 60 dias já estão cumpridos, já passaram? Isto pode estar tudo sem efeito, e pedem a uma Assembleia, que sabe ler, que vote uma coisa que não está cá? Quem é que pede isto? Oh meus amigos, isto parece brincadeira.”-----

-----Usou novamente da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo que “senhor deputado, a Assembleia Municipal não é, seguramente, uma brincadeira; estamos a apreciar o ponto nove, *apreciação e votação da proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2018/2027*. O documento está disponível para os senhores deputados; na informação que foi produzida pelo técnico há um link para poder consultar o documento, pois, face à sua dimensão, não era possível tê-lo num ficheiro isolado. O documento está disponível, toda a gente teve oportunidade de o ler, os pareceres respectivos estão dados pelas entidades, o ICNF emitiu o seu parecer, que é válido por 60 dias; hoje, enquanto Assembleia Municipal vamos apreciar e votar o documento que, se for votado favoravelmente, ficará um documento oficial do município, para executar nos próximos 9 anos.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “tentar esclarecer que o Plano foi aprovado, teve o parecer prévio favorável vinculativo do ICNF e, aquilo que agora está estabelecido, é o cumprimento da disposição legal subsequente e é a essa que se refere o ICNF. O senhor deputado António João Lopes referiu que não



Assembleia Municipal

via nenhuma urgência em estar aqui a discutir isto à pressa; essa urgência também está sustentada na informação que foi distribuída e foi mesmo essa urgência que justificou o partilhamento da formalidade da dispensa de consulta pública. Nós vimos de um segundo Plano, cuja vigência foi de 2013 e termina no final de Junho de 2018, a próxima Assembleia Municipal ordinária, como sabe, será em Setembro e seria manifestamente impensável que no período mais crítico da defesa da floresta contra incêndios, não tivéssemos nenhum Plano aprovado; acho que a urgência fica absolutamente justificada e o Plano é aprovado e, volto a dizer, tem o parecer prévio favorável, vinculativo, por parte do ICNF.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, temos vindo a trabalhar no cumprimento das obrigações legais que incumbem sobre o município, mas também temos uma percepção muito clara e penso que também já me referi a isso, em anteriores Assembleias Municipais, daquilo que é um conjunto de circunstâncias que os incêndios colocaram a descoberto, nalguns casos mostrando aquilo que muitos de nós nunca tínhamos visto; a questão dos socacos é um exemplo, a questão dos moinhos nalguns locais, é outro, a questão das levadas é outro exemplo; estamos a trabalhar num leque de iniciativas e com variáveis diversas, tentando não só olhar para a floresta de outra maneira, mas também intervencionar o nosso espaço com outra perspectiva.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O senhor deputado António João Lopes apresentou a seguinte declaração de voto:**-----

-----Votei contra porque não me foi dado a conhecer o Plano; ele pode estar feito em qualquer gaveta, pode estar em qualquer computador, mas nos documentos que eu recebi, não há referência nenhuma para procurar esse documento. Logo, solicito que me digam onde posso consultá-lo amanhã.”-----

**10 - Apreciação e votação da proposta de Regulamento da Ficabeira e Feira do Mont’Alto 2018.**-----

-----Presente um exemplar do Regulamento da Ficabeira e Feira do Mont’Alto 2018, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** para dizer que “no Regulamento diz que não se procedeu à audiência dos interessados;



Assembleia Municipal

parece-me que este é um aspecto fundamental da democracia, nós estamos hoje em Junho, a tempo de fazer uma consulta dos interessados, se não for para entrar em vigor na Feira de 2018, que entre em vigor na Feira de 2019, mas não vejo a necessidade de ultrapassar isto; é evidente que a lei permite isso, é evidente que a lei permite, em casos excepcionais, não vamos agora, pelo menos julgo que não há nenhum caso excepcional neste novo regulamento, logo, proponho que se processe de acordo com a lei, que se ouçam os interessados.-----

-----Outro aspecto que me pareceu também relativamente burocrático, que podia ser simplificado, é os custos de cada tenda, de cada departamento que lá é instalado, se têm frigorífico, se têm mais de 20 lâmpadas, cada equipamento paga um valor; eu sugeria que, dado que os contadores eléctricos já estão relativamente baratos, há contadores eléctricos na ordem dos 10 €, eu sugeria que o Município comprasse um conjunto de contadores eléctricos e pouco a pouco isso seria pago com uma taxa, evitava-se estar a atribuir valores a uma série de equipamentos; era muito mais simples, tornava-se tudo muito mais simples e as pessoas que trabalhavam sabiam com mais rigor o que gastavam, porque assim são equipamentos de potências diferentes que vêm pagar o mesmo. Pode acontecer que um equipamento de potência baixa pague muito, pode acontecer que um equipamento de potência alta pague pouco, por isso sugeria que isto fosse tudo revisto, pelo menos nestes aspectos que me parecem mais simples.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **André Vicente** referindo que “o regulamento da edição anterior continha o prazo para a entrega da ficha de inscrição e comprovativo de pagamento, mas este ano é omissivo, pelo que questiono se essa informação não devia constar no regulamento. No ponto nº 4, do artigo 4º, não deveria estar até 5 dias antes em vez de cinco dias antes?”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que “na sequência da intervenção do deputado António João Lopes, com este Regulamento também é nossa pretensão alterar uma formalidade que todos os anos acontece; o Senhor Deputado, pela quinta vez nestes últimos cinco anos, estará a participar na aprovação de um Regulamento em tudo idêntico. Aquilo que pretendemos com este novo regulamento, e ele foi elaborado nesse sentido, é torná-lo mais estático, sem haver necessidade de estarmos aqui a aprovar um regulamento todos os anos, fazendo posteriormente a apreciação relativamente à tabela de taxas, daquilo que é praticado aqui, que, por aquilo que me dizem, tanto pode ser apreciado em sede de Assembleia Municipal, como já pode ser apreciado ao nível da reunião de Câmara. Porque é que é importante isto vir agora, e poderá dizer se calhar já deveria ter vindo há 3 ou 4 meses, se calhar sim, mas não podíamos deixar de o trazer agora, não tendo sido apresentado antes, sob pena de não termos regulamento algum em vigor, para a Feira do Mont’Alto e Ficabeira do ano de 2018; a justificação é essa.-----





Assembleia Municipal

-----Relativamente à questão da electricidade, aquilo que me explicam é que estas fichas servem para termos também uma percepção daquilo que vão ser os consumos, e solicitar uma baixada à EDP, de acordo com esses mesmos consumos; se fosse o efeito surpresa, e apenas tivéssemos a iniciativa de fazer a contagem, se calhar não contávamos nada porque depois a electricidade não teria capacidade para responder à solicitação. Há também esta perspectiva de perceber o que é que vai ser o consumo, e formalizar essa situação perante a EDP, o fornecedor de electricidade.-----

-----Quanto à intervenção do senhor deputado André Vicente, a ficha de inscrição e o comprovativo de pagamento, este último, há um esforço de introduzir algum comportamento mais equilibrado por parte de alguns dos nossos parceiros; há aqui um histórico que tem perdurado ao longo das décadas, de alguns expositores, de no ano em curso, saldarem a dívida do ano anterior e há aqui um esforço para incutir um comportamento mais adequado àquilo que deverá ser a realidade. Relativamente à ficha de inscrição e dos prazos, confesso que não me apercebi dessa situação, mas podemos rever. O Senhor Vereador Luis Almeida está a dizer-me que deveria estar em anexo, e devia.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **André Vicente** esclarecendo que “no anexo está a ficha de inscrição, mas a mesma não refere o prazo de entrega.”-----

-----Teve novamente a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “quero agradecer a intervenção do Senhor Deputado André Vicente porque, de facto, a questão da inscrição que está prevista no artigo 4º do Regulamento pode gerar dúvida ou, eventualmente, ser considerada omissão; solicitava que se considerasse a inclusão de um ponto, ou melhor, que se renumerasse o ponto quatro do artigo 4º para ser o ponto cinco e considerar o ponto 4 como a definição do prazo de inscrição até seis dias antes do início do evento, uma vez que, como sabemos, a data de início também pode ser sensivelmente variável, de acordo com o ano de que estejamos a falar.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “se ninguém se opuser à introdução desta correção, julgo que podemos votar assim. Vamos então votar esta proposta de regulamento.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, unanimidade, aprovar o Regulamento da Ficabeira e Feira do Mont’Alto 2018.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos 11 ao 14 fossem votados em conjunto, tendo a mesma aceite a proposta do Senhor Presidente.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF/133, datada de 29/05/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

**11 - Apreciação e votação da proposta de Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.**-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “neste primeiro, de Pomares, vem o valor de 7.011,00€; isto refere-se apenas ao pagamento a uma pessoa para proteger os banhistas; eu tiro daqui a conclusão que é um banho durante 2, 3 meses; acho um bocado exagerado este dinheiro, porque isto é só alguns dias, algumas horas, numa parte do ano. Gostaria de saber exactamente que despesas é que isto envolve.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** explicando que “esta é uma das vertentes em que fica manifestada, de uma forma muito clara, aquele que é o esforço do município ao nível das praias fluviais. No caso da Praia Fluvial de Pomares, esse valor considera a intervenção de 3 banhistas, sendo que, como está referido na informação que foi distribuída, na página 2, no parágrafo seguinte ao elenco dos valores, neste valor de Pomares está incluído o encargo com dois nadadores salvadores que irão assegurar as folgas dos restantes em todas as praias; houve esta abordagem com a freguesia de Pomares, no sentido de, através da freguesia de Pomares, serem contratualizados dois nadadores salvadores, que assegurarão serviço nas folgas de Pomares, Secarias, Côja e Piódão. É esta a justificação para este valor de Pomares. O princípio é de, nas praias fluviais com bandeira azul o município assegura em permanência dois nadadores salvadores que é obrigatório ter na praia, para estar classificada como praia fluvial; de outra maneira, se não forem assegurados estes dois nadadores salvadores, em permanência, não pode ser atribuída a classificação de praia fluvial. Na questão da praia acessível, neste caso de Pomares, o princípio que está definido é que o município assegura um vigilante e a Junta de Freguesia assegura outro vigilante; é esta a justificação para estes valores.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a minuta do contrato programa supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

**12 - Apreciação e votação da proposta de Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a minuta do contrato programa supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**13 - Apreciação e votação da proposta de Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a minuta do contrato programa supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**14 - Apreciação e votação da proposta de Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a minuta do contrato programa supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos 15 ao 17 fossem votados em conjunto, tendo a mesma aceite a proposta do Senhor Presidente.**-----

**15 - Apreciação e votação da proposta da Adenda ao Contrato Programa nº 11/2015, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva (aprovado em reunião de Câmara de 15/02/2015).**-----



Assembleia Municipal

-----Presente a Adenda ao Contrato Programa em apreço, bem como a informação INF/DAGF/136, datada de 30/05/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 11/2015, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**16 - Apreciação e votação da proposta da Adenda ao Contrato Programa nº 12/2018, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva (aprovado em reunião de Câmara de 20/02/2018).-----**

-----Presente a Adenda ao Contrato Programa em apreço, bem como a informação INF/DAGF/114, datada de 11/05/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 12/2018, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**17 - Apreciação e votação da proposta da Adenda ao Contrato Programa nº 31/2016, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva (aprovado em reunião de Câmara de 14/06/2016).-----**

-----Presente a Adenda ao Contrato Programa em apreço, bem como a informação INF/DAGF/139, datada de 30/05/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 31/2016, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou que os pontos 18 ao 27 fossem votados em conjunto, tendo a mesma aceite a proposta do Senhor Presidente.-----**



Assembleia Municipal

**18 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a participar financeiramente a aquisição de viatura equipada com kit de primeira intervenção, a adquirir pela União das Freguesias.**-----

-----Presente um exemplar do Contrato Programa em apreço, bem como a informação INF/DAGF/138, datada de 30/05/2018, da técnica superior Paula Duarte que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a participar financeiramente a aquisição de viatura equipada com kit de primeira intervenção, a adquirir pela União das Freguesias.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Presente um exemplar de cada Contrato Programa em apreço, bem como a informação INF/DAGF/137, datada de 30/05/2018, da técnica superior Paula Duarte que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

**19 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Folques, com vista a participar financeiramente a recuperação do Jardim S. António, em Folques e pavimentação da Rua do Outeiro no Salgueiro, a realizar pela Junta de Freguesia.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Folques, com vista a participar financeiramente a recuperação do Jardim S. António, em Folques e pavimentação da Rua do Outeiro no Salgueiro, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**20 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a participar financeiramente as obras de reconstrução do edifício da cantina, balneários e áreas envolventes à antiga Escola (2ª fase), a realizar pela Junta de Freguesia.**-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente as obras de reconstrução do edifício da cantina, balneários e áreas envolventes à antiga Escola (2ª fase), a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**21 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente as obras de beneficiação na Calçada do Outeiro e reabilitação do Largo da Sociedade de Melhoramentos de Pomares, a realizar pela Junta de Freguesia.----**

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente as obras de beneficiação na Calçada do Outeiro e reabilitação do Largo da Sociedade de Melhoramentos de Pomares, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**22 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de calcetamentos da Rua da Difróia e arranjo da valeta e serventias, em Pombeiro da Beira e arranjo de valetas e serventia na Rua do Chafariz, na Lomba a realizar pela Junta de Freguesia.-----**

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de calcetamentos da Rua da Difróia e arranjo da valeta e serventias, em Pombeiro da Beira e arranjo de valetas e serventia na Rua do Chafariz, na Lomba, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**23 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, com vista a compartilhar financeiramente a construção de muro para futuro alargamento da Rua da Escola das Pombeiras, a realizar pela Junta de Freguesia.-----**





Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, com vista a compartilhar financeiramente as obras de construção de muro para futuro alargamento da Rua da Escola das Pombeiras, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**24 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, com vista a compartilhar financeiramente a cobertura dos edifícios de apoio ao Parque de Campismo de Chãs da Cabeça, a realizar pela União de Freguesias.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de cobertura dos edifícios de apoio ao Parque de Campismo de Chãs da Cabeça, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**25 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a compartilhar financeiramente a colocação de paralelos na Rua da Costa, em Cerdeira e reconstrução do muro de suporte junto ao Parque das Merendas, a realizar pela União de Freguesias.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a compartilhar financeiramente a colocação de paralelos na Rua da Costa, em Cerdeira e reconstrução do muro de suporte junto ao Parque das Merendas, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**26 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente a animação de verão e a intervenção na Praia Fluvial – acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada/reduzida, a realizar pela União de Freguesias.**-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente a animação de verão e a intervenção na Praia Fluvial – acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada/reduzida, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**27 - Apreciação e votação da proposta de Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a compartilhar financeiramente a intervenção na Praia Fluvial, a realizar pela União de Freguesias.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a compartilhar financeiramente a intervenção na Praia Fluvial, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**28 – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.**-----

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/04/2018 a 31/05/2018, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ENCERRAMENTO**

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----



Assembleia Municipal

